

Introdução

Este livro tem como principal objectivo analisar as atitudes sociais face à vida familiar e aos papéis de género em Portugal e noutros países europeus. Privilegiando as oportunidades de comparação internacional proporcionadas pelo inquérito «Family and gender roles» do ISSP (*International Social Survey Programme*), realizado em 2002/2003 em trinta e quatro países, e pelo projecto «Families, Employment and Work-Life Integration»¹, que acrescentou algumas perguntas sobre conciliação família/trabalho ao mesmo questionário, procura-se estudar as atitudes sociais perante a família e a diferenciação de género no contexto de uma comparação sistemática entre os resultados portugueses e os de outros países europeus.

Construído nos anos 80 e aplicado pela primeira vez em 1988², o módulo «Família e papéis de género» propõe-se observar as mudanças nas relações sociais de género. Circunscreve, no entanto, o âmbito dessa observação ao domínio da vida familiar e ao modo como uma outra dimensão da vida social – o trabalho profissional – se articula com a organização dos papéis de género dentro da família. Subjacente a este propósito encontra-se a questão do lugar social da mulher nas sociedades contemporâneas e a vontade de indagar sobre as transformações que, desde os anos 60, conduziram a uma progressiva entrada feminina na esfera pública, em particular através da participação no mercado de trabalho, em detrimento dos papéis femininos tradicionais – de dona de casa, mãe e esposa – associados a lógicas de desigualdade

¹ Projecto coordenado por Rosemary Crompton (City University, Londres) e financiado pelo ESRC. Este projecto reuniu investigadores de sete países europeus – Reino Unido, França, Noruega, República Checa, Hungria, Finlândia, Portugal – e permitiu efectuar análises comparativas preliminares dos resultados do inquérito «Família e papéis de género».

² Em alguns países, o módulo já foi aplicado em 1989 e em 1994. Portugal, nessa altura, ainda não tinha integrado o programa.

de género. Compreender a modernização das sociedades contemporâneas implicava, pois, dar uma atenção teórica e empírica não só à temática mais abrangente das desigualdades sociais e económicas (v. o módulo ISSP sobre «Desigualdades»), mas também à temática da desigualdade de género.

O questionário do módulo «Família e papéis de género» centra-se, portanto, nas atitudes sociais face aos papéis femininos e às transformações no lugar das mulheres na família e no trabalho, deixando à margem o estudo da mudança nas identidades e nos papéis masculinos. É uma perspectiva que pode ser explicada por vários factores. Pela ideia, defendida por muitos autores, de que a grande mudança, por detrás de todas as outras, se encontra na transformação profunda do estatuto das mulheres. Pela convicção, dominante nos anos 80, de que a «conquista» feminina da esfera pública se iria reflectir rapidamente em práticas mais igualitárias na vida privada, nomeadamente numa entrada idêntica dos homens no trabalho doméstico e nos cuidados às crianças. Mas também porque os estudos de género, até aos anos 90, trataram pouco quer dos modelos de masculinidade, quer dos problemas de conciliação entre vida familiar e vida profissional do ponto de vista dos homens.

No questionário de 2002/2003, para permitir comparações longitudinais aos países que estão há mais tempo na rede, optou-se por manter a perspectiva de partida e grande parte das perguntas do primeiro inquérito. Algumas modificações foram, porém, efectuadas. Tendo em conta o hiato profundo existente em todos os países entre as atitudes perante a igualdade de género e os comportamentos na prática, melhoraram-se alguns indicadores relativos a esta dimensão (divisão do trabalho doméstico, horas de trabalho profissional e doméstico, divisão do poder de decisão no casal), permitindo assim estabelecer algumas relações entre a dimensão efectiva das desigualdades de género na família e a forma como elas são percebidas nas diferentes sociedades estudadas. Em segundo lugar, graças à introdução de novas perguntas no questionário de alguns países (que participaram no projecto «Families, Employment and Work-Life Integration»), procurou-se aprofundar a indagação sobre a conciliação entre vida familiar e vida profissional e o seu impacto no *work/life stress*. Por último, foi também contemplada a questão da percepção de justiça das práticas de divisão do trabalho doméstico.

O livro que agora apresentamos é a primeira reflexão produzida sobre os dados que o inquérito ISSP sobre família e género disponibilizou

sobre Portugal. Como tem sido prática dos volumes da série «Atitudes Sociais dos Portugueses», organizada por Jorge Vala e Manuel Villaverde Cabral, as coordenadoras do projecto convidaram um conjunto de investigadores interessados no tema do questionário a debruçar-se sobre as dimensões que, em função das suas preocupações teóricas e temáticas, mais suscitavam a sua atenção. Trata-se, assim, de um conjunto de textos em que os resultados do inquérito são explorados para responder a problemas de investigação diferentes, mas interligados, estabelecendo-se a articulação não só através das múltiplas conexões substantivas, mas também da dimensão comparativa europeia (v., a este respeito, o capítulo de Alice Ramos, onde é feita uma descrição dos procedimentos de amostragem e estatísticos utilizados na análise dos resultados, tendo em conta uma perspectiva comparativa).

Comparar os resultados portugueses com os de outros países não foi tarefa fácil. Como se pode constatar através da leitura dos vários capítulos, a comparação levanta dúvidas, desde a possível falta de equivalência semântica das perguntas nos países onde o inquérito foi aplicado até ao problema da interpretação do significado das diferenças encontradas, o que obriga a análises cautelosas e provisórias que tenham em conta o contexto e as condicionantes dos diversos países estudados. Considerando que a fiabilidade e a qualidade científicas da comparação dependiam de uma selecção criteriosa dos países, optou-se, neste projecto, por uma metodologia comparativa limitada a alguns países, também apelidada por alguns autores de *case-orientated approach* (Crompton, 2006), por considerar cada sociedade um todo e com especificidades – culturais, sociais e históricas – que importa ter em conta para explicar os padrões diversos da desigualdade de género. Partindo da busca da diferença, mais do que da semelhança, esta aproximação baseia-se necessariamente na comparação entre um número reduzido de países, procurando identificar não só essas diferenças que se manifestam entre eles, mas também as variáveis específicas que, no interior de cada sociedade, são mais explicativas das atitudes ou dos comportamentos em análise. Partimos, assim, de uma hipótese que aponta para uma construção diferenciada das atitudes e dos comportamentos de género nas sociedades europeias contemporâneas, ao contrário de algumas perspectivas recentes que, perante a influência menos marcante das determinantes sociais nos papéis de género, preferem remeter a explicação das diferenças para o plano das «escolhas» e das «preferências» individuais (Hakim, 2003).

Em resumo, sem excluir, em alguns capítulos, uma abordagem que apresenta e agrupa um grande número de países em função de algumas

variáveis-chave, a dimensão compara tiva centra-se essencialmente num número restrito de países considerados, à partida, sociedades com especificidades históricas e sociais, quer do ponto de vista do regime de género», quer no que diz respeito a regimes de mercado de trabalho e de *welfare*. O capítulo 2 compara Portugal e a Grã-Bretanha, enquanto os restantes também comparam a França, a Alemanha Ocidental³, a Suécia, a República Checa e a Espanha. São sete países que representam diferentes níveis de riqueza, diferentes modelos de Estado-providência, e que conheceram desenvolvimentos contrastantes quer no domínio das políticas de família e de género, quer no âmbito dos comportamentos demográficos, dos sistemas de emprego e da inserção da mulher no mercado de trabalho⁴.

Os cinco capítulos deste livro não seguem uma ordem especial e podem ser lidos e explorados de forma independente. Passemos à apresentação de cada um deles.

O capítulo 1, da autoria de Sofia Aboim, olha para os dados obtidos neste inquérito a partir de uma perspectiva de género. Interessa-lhe perceber se os homens e as mulheres, em Portugal e nos outros países europeus, têm atitudes diferentes face à família e aos papéis de género. A análise organiza-se, assim, em função de uma comparação por género, mas também apresenta, de forma sistemática, uma visão global das atitudes dos inquiridos face à vida familiar, face à divisão conjugal do trabalho (profissional e doméstico) e face à importância da família na construção da identidade. Partindo destas três temáticas, uma das conclusões mais importantes da primeira parte do capítulo, centrada sobre o caso português, refere-se ao facto de os inquiridos portugueses manifestarem posições muito modernistas nuns aspectos e muito tradicionalistas noutros. São liberais em relação ao casamento, ao divórcio, à união de facto e também em relação a uma divisão conjugal «partilhada» do trabalho doméstico e profissional, mas assumem posições marcadamente tradicionalistas quando se trata do lugar da criança e da parentalidade. De facto, homens e mulheres atribuem uma enorme centralidade à criança na vida familiar, fazem uma colagem estreita entre bem-estar individual e parentalidade e consideram que o trabalho profissional da mãe tem um impacto negativo nas crianças pequenas.

³ Embora a Alemanha Ocidental e a Alemanha de Leste façam hoje parte do mesmo país, optou-se, na maior parte dos capítulos, por analisá-las separadamente devido às diferenças que ainda perduram no domínio da família e do género.

⁴ V., no capítulo 3, quadro 3.1, uma caracterização sumária dos países em análise com base em vários indicadores sociais.

Existem, no entanto, algumas diferenças de género: se as mulheres portuguesas são, globalmente, mais «modernistas» do que os homens, tendem, por outro lado, a ser mais «tradicionalistas» do que eles quando se trata da centralidade da criança (são elas que mais associam a ausência de filhos a uma vida vazia) e da relação negativa entre emprego feminino e maternidade. No quadro da comparação europeia, os portugueses situam-se então ao lado dos espanhóis e dos finlandeses num «liberalismo moderado» que conjuga algum familialismo com uma visão igualitária da divisão conjugal do trabalho.

Analisando, numa segunda parte, as diferenças nacionais e as clivagens de género em quinze e, depois, sete países europeus, a autora mostra que a tendência para as mulheres responderem de forma mais modernista e igualitária do que os homens é comum a todos os países analisados. É comum também a maior diversidade intragrupal das mulheres, encontrando-se o conjunto das mulheres nos países analisados mais fracturado por variações internas do que sucede com os homens. Entre países são também as mulheres que apresentam variações consideráveis nas atitudes face à família e aos papéis de género. De sublinhar, no entanto, que as clivagens de género nem sempre se associam, nos países analisados, aos mesmos aspectos da vida familiar e dos papéis de género. Em França, país que regista as maiores clivagens de género, verifica-se que os homens têm atitudes mais favoráveis ao lugar da mulher em casa; na Suécia, a maior divergência entre homens e mulheres situa-se a nível do impacto negativo do trabalho profissional feminino sobre os filhos pequenos, assumindo os homens posições mais conservadoras do que as mulheres; em Espanha, na República Checa e em Portugal são os papéis de género na divisão do trabalho pago e não pago que geram maiores clivagens de género.

Por último, a análise da relação entre atitudes e práticas, por um lado, e as determinantes sociais das atitudes, por outro, permite a Aboim concluir da não linearidade do processo de modernização da vida familiar e dos papéis de género nas sociedades europeias contemporâneas. Entre as percepções dos papéis de género e as práticas existe sempre uma distância considerável, mas as conexões entre as duas dimensões variam significativamente nos sete países analisados. Quanto às determinantes sociais, as análises de regressão efectuadas mostram que não são sempre as mesmas variáveis a ter algum impacto nas atitudes face à família e aos papéis de género. Para o conjunto dos sete países destaca-se a influência das variáveis «idade», «sexo», «situação/vida profissional da mulher» e «escolaridade». A nível das especificidades nacionais, porém, a

religião (frequência da prática religiosa) é a única variável com maior transversalidade. Em Portugal, mais do que em qualquer outro país, a escolaridade assume um impacto considerável, sobretudo para as mulheres, mas também para os homens; em França ressalta a influência do posicionamento político e da prática religiosa; na Grã-Bretanha, o impacto da idade, da situação familiar e da prática religiosa. Face a estes resultados, a autora sublinha, nos seus comentários finais, três conclusões principais. Faz notar, em primeiro lugar, a diversidade e a complexidade das «modernidades europeias», sugerindo a necessidade de ir além da clássica distinção entre «várias Europas» (do Norte/do Sul, etc.). Observa, depois, que as diferenças de género persistem no interior dos países e das categorias sociais, mostrando-se as mulheres mais favoráveis à igualdade na divisão de papéis e a concepções modernas do casal e da família com filhos, mas mais tradicionalistas no que diz respeito à centralidade da criança na vida familiar e na identidade individual. Sublinha, finalmente, que existe uma relação complexa entre representações e práticas de diferenciação de género, variando as articulações e as causalidades de país para país, o que inviabiliza, na comparação europeia, a identificação de um factor-chave explicativo do pendor mais ou menos modernista das atitudes sociais e da existência de determinados padrões de género.

O capítulo 2 traz-nos um trabalho de Rosemary Crompton e de Clare Lyonette e explora de forma sistemática as diferenças entre Portugal e a Grã-Bretanha. Partindo das atitudes e dos comportamentos dos homens e das mulheres que trabalham a tempo inteiro, as autoras estudam não só o impacto da variável «género», mas também a influência da classe social. Comparam nos dois países, e cruzando estas variáveis, as atitudes sociais face à família e aos papéis de género, as práticas de divisão das tarefas domésticas, as horas dedicadas ao trabalho profissional e doméstico, a questão da articulação entre vida profissional e vida familiar e o sentimento de *stress* a esta associado.

Salientando sempre os problemas de comparabilidade e a importância das condicionantes nacionais, Crompton e Lyonette apresentam três grandes resultados. Em primeiro lugar, verificam que a ênfase colocada na vida familiar, na importância das crianças e no impacto negativo do trabalho feminino para as crianças é maior em Portugal do que na Grã-Bretanha. Em ambos os países os homens são mais tradicionais do que as mulheres, mas existem variações significativas segundo a classe social. Em Portugal, mas também de forma menos acentuada na Grã-Bretanha, os trabalhadores manuais (homens e mulheres) dão mais relevo à família,

ao impacto negativo do trabalho da mulher e a uma divisão mais tradicional do trabalho pago. Dado o peso das profissões manuais e pouco qualificadas em Portugal, este é um elemento a ter em conta na explicação do maior «conservadorismo» global da população portuguesa.

Um segundo grupo de conclusões a reter deste trabalho comparativo diz respeito aos contextos de emprego, caracterizados por longas horas de trabalho profissional em ambos os países, e à articulação entre vida profissional e vida familiar. Quando se trata de faltar ao trabalho por razões de ordem familiar, os trabalhadores britânicos preferem soluções como a compensação com horas extra de trabalho ou com mais trabalho dentro do horário normal, enquanto os portugueses dão preferência a alternativas como a licença sem vencimento ou a perda de remuneração. Por outro lado, os níveis de *stress* trabalho/vida privada, sendo semelhantes e muito elevados nos dois países, são globalmente mais elevados nas mulheres portuguesas do que nas mulheres britânicas. Não obstante, afectam de forma particularmente significativa dois grupos distintos de mulheres: o das profissionais qualificadas na Grã-Bretanha e o das trabalhadoras manuais em Portugal. Na opinião das autoras, as primeiras terão pressões decorrentes de longas horas de trabalho e da menor tendência (por comparação com as profissionais qualificadas portuguesas) para delegar o trabalho doméstico em pessoas pagas. Quanto às trabalhadoras manuais em Portugal, o elevado nível de *stress* estaria relacionado com o facto de serem elas quem mais horas gasta no trabalho profissional e também nas tarefas domésticas. De realçar que o número de horas por elas despendido em termos globais é o mais elevado entre todos os grupos e em ambos os países: 67 horas, contra 58 das qualificadas portuguesas, 53 das qualificadas britânicas e 50 das trabalhadoras manuais britânicas.

Por último, no caso da divisão das tarefas domésticas e das horas dedicadas ao trabalho doméstico, Crompton e Lyonette salientam a desigualdade entre homens e mulheres em ambos os países e a tendência para os homens (portugueses e britânicos) participarem mais nos cuidados aos familiares e nas idas às compras. Mas também o facto de as mulheres portuguesas que vivem em conjugalidade despendem um número muito elevado de horas no trabalho doméstico: 22 horas por semana em média, contra apenas 11 horas no caso das mulheres britânicas (já o número de horas dos homens – à volta de 6 horas semanais – é semelhante nos dois países). A nível das variações por classe social, a análise mostra que os homens revelam poucas diferenças entre classes em qualquer das tarefas, enquanto as mulheres com profissões qualifi-

cadás têm menos tendência, nos dois países, para tratar da roupa e das limpezas do que as trabalhadoras manuais. Perante o «fardo» doméstico das mulheres portuguesas, as autoras interrogam-se acerca das alternativas. Inclinando-se pouco para uma solução de aumento do trabalho a tempo parcial das mulheres (pelo facto de reforçar uma divisão do trabalho de pendor tradicional), sugerem que as mulheres portuguesas reduzam o tempo dedicado ao trabalho doméstico.

Os capítulos seguintes também analisam as questões da conciliação família/vida profissional e do trabalho doméstico. No capítulo 3, Maria das Dores Guerreiro e Helena Carvalho procuram perceber de que modo a vida familiar e a vida profissional são geradoras de tensões e interferem reciprocamente. Partindo de cinco índices principais – um primeiro relativo ao *stress* gerado pela vida familiar, um segundo relativo ao *stress* gerado pela vida profissional e os restantes relativos ao *stress* provocado pelos impactos recíprocos (do *stress* profissional na família e do *stress* familiar no trabalho) –, as autoras verificam, nos sete países analisados, que o *stress* é maior em contexto de trabalho do que na esfera privada e que é mais elevado para as mulheres do que para os homens (tanto o familiar como o profissional). No entanto, é sobretudo na vida familiar que as mulheres apresentam um nível de *stress* significativamente mais elevado do que os homens, constatando-se também, no âmbito de uma análise global dos sete países, que o *stress* familiar feminino se associa positivamente a quatro factores determinantes: o número de crianças com menos de 6 anos e de filhos menores no agregado familiar; as horas de trabalho profissional e doméstico; a dimensão da família; a idade. Em contrapartida, a satisfação com a vida familiar e a felicidade, em geral, fazem diminuir o *stress* familiar das mulheres. Por último, ao estabelecer semelhanças e diferenças entre os países, a análise destaca dois grupos de países: por um lado, um que inclui Portugal, a Grã-Bretanha e a República Checa, com níveis mais elevados de *stress* familiar feminino; por outro, um com níveis mais baixos e que integra a Suécia, a Espanha, a Alemanha e a França. Se quisermos encontrar alguns factores comuns ao primeiro grupo de países, podemos verificar que são países com níveis elevados de actividade feminina e com regimes extensos de tempo de trabalho feminino semanal, quer profissional, quer doméstico. As autoras sublinham, contudo, que não se observam associações perfeitamente claras entre o perfil dos países e os níveis de *stress* identificados.

Olhando de seguida para os índices construídos para captar os impactos recíprocos, Guerreiro e Carvalho mostram, por um lado, que

os índices de *stress* registados pelas mulheres continuam a ser superiores aos experimentados pelos homens e, por outro, que o *stress* decorrente das interferências trabalho-família é apenas muito elevado, para ambos os sexos, no contexto do impacto do *stress* profissional na vida familiar. No conjunto dos sete países, os factores explicativos que emergem com significado no aumento deste índice estão relacionados com a maior duração semanal do tempo de trabalho, o menor grau de satisfação profissional e a existência de crianças até aos 6 anos. Analisando mais de perto o caso português, as autoras observam (indo assim ao encontro dos resultados do capítulo 2) que o impacto do *stress* profissional na família é maior quando as mulheres têm escolaridades baixas e profissões manuais, vivem em casal e com crianças e jovens em casa, trabalham profissionalmente mais horas e no sector privado ou por conta própria. No caso dos homens, os factores explicativos são algo diferentes: o impacto do *stress* profissional na família aumenta nos homens com mais anos de escolaridade, nos que trabalham por conta própria em determinadas profissões (agricultores, artesãos, independentes) e nos que trabalham mais horas; de notar também que o *stress* masculino aumenta quando o homem vive em conjugalidade e é a mulher que executa as tarefas domésticas, tornando-se diminuto quando a maior parte das tarefas domésticas está a cargo de uma empregada doméstica. Por último, na análise interpaíses, e ainda a respeito do *stress* trabalho-família, as autoras verificam que os valores masculinos são muito próximos nos vários países, não sobressaindo distinções significativas. Nas mulheres, pelo contrário, destacam-se três perfis diferentes: Portugal e a Espanha são os países em que os níveis de *stress* são mais elevados, seguidos pela França e pela Suécia, enquanto os níveis mais baixos sobressaem na Alemanha e na Grã-Bretanha. Guerreiro e Carvalho atribuem estas diferenças à maior ou menor participação feminina a tempo inteiro no mercado de trabalho. Na comparação entre países a nível dos factores determinantes, constatam, mais uma vez, a influência de variáveis que reportam à presença de crianças e jovens na família, ao número de horas de trabalho profissional e doméstico e à satisfação com os vários aspectos da vida. No entanto, observam uma acentuada diferenciação, pelo menos em termos de um conjunto de variáveis periféricas, no modo como se manifesta a influência de variáveis independentes a nível dos diversos países.

No capítulo 4, Lúcia Amâncio olha para as práticas de divisão do trabalho doméstico nos sete países e explora a percepção de justiça que os homens e as mulheres têm do modo como as tarefas domésticas são

divididas no interior do casal. Partindo de dois indicadores de base – quem faz as tarefas domésticas e quantas horas por semana se gastam no trabalho doméstico (nos casais em geral e nos casais em que os dois trabalham) –, a autora sublinha três conclusões principais em relação à repartição sexual das tarefas domésticas. Em primeiro lugar, constata que continuam a existir, em todos os países, tarefas mais femininas (tratar da roupa, limpar a casa, preparar as refeições), tarefas masculinas (fazer reparações em casa) e outras realizadas de maneira mais indiferenciada (as compras e os cuidados com os doentes). Mostra, depois, que o padrão «tradicional» em que a mulher faz, habitualmente ou sempre, a maior parte das tarefas domésticas ainda é o mais frequente em todos os países (variando entre 48% do total dos casais na Suécia e 61% na República Checa e na Alemanha Ocidental). Dois outros padrões de divisão conjugal das tarefas apresentam, no entanto, valores bastante elevados: 21% (Portugal) a 32% (Suécia) dos casais partilham de forma mais ou menos igualitária as tarefas; 16% a 19% adoptam um padrão masculino em que o homem faz habitualmente ou sempre as tarefas; apenas uma minoria de casais (entre 1% na Suécia e 5% em Portugal) delega as tarefas numa terceira pessoa, tratando-se aí da limpeza da casa e das reparações, mas também, nos casais «duplo emprego», do tratamento da roupa e da preparação de refeições. Em terceiro lugar, Amâncio verifica que existe uma grande diferença, nos sete países, nas horas que homens e mulheres declaram gastar no trabalho doméstico. Nos casais «duplo emprego», a diferença média é de dez horas no conjunto dos países (17 em média para as mulheres e 7 em média para os homens), mas existem variações significativas segundo os países: Portugal tem a maior diferença entre os sexos (16 horas), seguido pela Espanha, pela Alemanha Ocidental e pela República Checa (10 a 12 horas), enquanto a França (7 horas), o Reino Unido (5 horas) e a Suécia (8 horas) apresentam diferenças abaixo da média. De salientar que neste último grupo de países o menor desfasamento não se deve a um aumento do número de horas de trabalho doméstico masculino, que se mantém, no conjunto dos sete países próximo da média, e sim ao menor número de horas de trabalho doméstico feminino.

Passando à análise da percepção de justiça, Amâncio encontra um padrão de respostas que é semelhante nos diversos países: enquanto os homens revelam o reconhecimento de que fazem menos do que seria justo, as mulheres consideram que fazem mais do que é justo. Perante esta simetria de respostas no que diz respeito à percepção de justiça na divisão do trabalho doméstico, a autora considera que os resultados

apontam para a existência de condições (subjectivas) «para que uma maior igualdade se instale na vida dos casais». Interroga-se quanto às razões que explicam a «rigidez» do modelo actual de divisão conjugal das tarefas domésticas e salienta, na discussão dos resultados, a importância do papel das políticas públicas na promoção de uma divisão conjugal do trabalho doméstico mais igualitária.

No penúltimo capítulo do livro procurei analisar a diversidade dos padrões de atitudes face à divisão familiar do trabalho e identificar os factores determinantes da mesma. Partindo de três índices principais – relativos à divisão do trabalho pago, à divisão do trabalho não pago e à relação entre emprego feminino e maternidade –, os resultados mostram que existe, em cada país, uma pluralidade de padrões de atitudes face aos papéis de género na família. Em Portugal identificámos cinco: o *tradicional forte* (8%), centrado no homem ganha-pão/mulher cuidadora e dona de casa; o *tradicional forte modificado* (26%), em que se apoia o modelo do homem principal provedor da família mas também alguma participação masculina no universo doméstico; o *moderno maternidade forte* (28%), onde a adesão ao duplo emprego e ao duplo cuidar se conjuga com uma forte concordância com o impacto negativo do trabalho feminino a tempo inteiro quando os filhos são pequenos; o *moderno moderado* (23%) e o *moderno forte* (15%). A análise mostra que as atitudes no interior de cada país não são apenas tradicionais ou modernas. Tanto os países que se situam globalmente mais próximos do pólo tradicional como os que se encontram no pólo oposto combinam padrões diversos. A Suécia, o país que todos situam no pólo mais «moderno» do eixo tradicional-moderno, também inclui uma diversidade de padrões de atitudes. Curiosamente, o *tradicional forte* (apenas 6%, o valor mais baixo encontrado) e o *tradicional forte modificado* (14%) não só não desapareceram, como representam um quinto do total. Mas os padrões predominantes são, por um lado, o *moderno maternidade moderada* (36,8%), em que a adesão forte ao duplo emprego/duplo cuidar se associa a uma adesão moderada à ideia do impacto negativo do trabalho feminino a tempo inteiro quando os filhos são pequenos, e, por outro, os padrões modernos (*moderno e moderno forte*), que, em conjunto, representam 33%. Outro modelo minoritário – o *moderno doméstico desigual* (apoiente do duplo emprego, mas não apoiente de uma maior participação masculina no universo doméstico) – representa 10% do total.

Considerando o impacto de diferentes factores nos padrões de atitudes para os sete países, encontram-se modelos mais explicativos e preditivos no caso do padrão *moderno forte* – onde o trabalho feminino

a tempo inteiro e o nível elevado de educação são as determinantes mais significativas – e também no caso do padrão *tradicional forte modificado* – onde a idade mais avançada, o baixo nível de educação e a presença de crianças com menos de 5-6 anos são os factores determinantes mais salientes. Neste último modelo explicativo também é interessante observar a influência da variável «menos horas de trabalho pago feminino» e da variável «*stress* no trabalho devido a responsabilidades familiares» (isto é, uma maior tendência para sentir dificuldades em concentrar-se no emprego). A interacção entre estas variáveis sugere um modelo explicativo em que a variável «trabalho feminino a tempo parcial» se articula com uma vida familiar com crianças pequenas e problemas de conciliação entre trabalho e família.

Ao contrário dos padrões anteriores, o *moderno maternidade forte* apresenta um modelo preditivo muito fraco. Constata-se o impacto de três factores – um nível de educação mais baixo, maior prática religiosa e maior tendência para sentir dificuldades em cumprir as tarefas familiares e domésticas. No entanto, é a última variável que surge como mais significativa, enquanto a associação ao estatuto educacional e profissional é muito mais fraca do que nos padrões anteriores. Em resumo, as determinantes sociais parecem ser importantes para explicar alguns padrões de atitudes e pouco ou nada relevantes em relação a outros, nomeadamente, e no momento actual, relativamente às atitudes face ao impacto do emprego na fase inicial da maternidade.

No que diz respeito à regressão logística realizada país a país e para cada padrão, é de salientar que os factores determinantes não são sempre os mesmos. Por exemplo, no caso do padrão *moderno forte*, o nível de educação (mais elevado) surge como factor explicativo em Portugal, em Espanha, na Alemanha Ocidental, em França e na Suécia. Na Grã-Bretanha, pelo contrário, os factores determinantes do padrão *moderno forte* são as horas femininas de trabalho pago (mais horas) e a existência de crianças pequenas no agregado familiar, sendo o factor «nível de educação» nada explicativo. Não nos cabe, neste estudo, explicar estas diferenças, mas deve levar-nos a reflectir sobre a sugestão de alguns autores segundo a qual as determinantes sociais na sociedade ocidental deixaram de moldar atitudes e práticas. Podia pensar-se que, nos países com elevados níveis de escolarização, essa tendência fosse de facto generalizada. Como se constata neste inquérito, isso verifica-se em relação a alguns perfis atitudinais e em alguns países (por exemplo, a Grã-Bretanha). Mas não se verifica na maior parte dos países, nomeadamente em alguns que apresentam níveis elevados de qualificação.

Apresentados e comentados os contributos dos vários autores que integram esta colectânea de estudos, apenas um último comentário sobre a convergência das atitudes face aos papéis de género nas sociedades europeias. Os resultados mostram a influência forte de uma perspectiva de género igualitarista que ajudou a difundir, ao longo das últimas décadas, um padrão de atitudes mais moderno de *duplo emprego/duplo cuidar* na família. No entanto, a convergência em relação a este padrão igualitário é talvez menor e mais complexa do que se poderia pensar. Os homens e as mulheres, os grupos sócio-profissionais e de idade, os casais com ou sem filhos pequenos, as sociedades e os diferentes Estados-providência atribuíram a este ideal dos anos 70 entendimentos diversos. Em confronto com outros constrangimentos – o emprego e o desemprego, a segregação de género no mercado de trabalho, a expansão desigual dos equipamentos para crianças pequenas, os compromissos políticos –, reinterpretaram os ideais da igualdade no trabalho familiar pago e não pago. O que vemos agora não é um grupo homogéneo de países que abraçaram de forma semelhante o padrão de atitudes mais igualitário, nem sequer vários grupos que sejam muito homogéneos. Apenas podemos distinguir *grosso modo* grupos de países que se aproximam mais uns dos outros e, mesmo assim, é necessário não esquecer que Portugal difere da Espanha, a Noruega da Suécia, etc. Os resultados sobre a diversidade das atitudes e dos factores determinantes em cada país mostram que não se pode fazer a economia dos desenvolvimentos percorridos, isto é, da história de cada país, do ponto de vista dos contextos, das políticas e dos constrangimentos que estruturam a divisão familiar do trabalho e que, ao longo das últimas décadas, configuraram atitudes e práticas específicas.